36 SABERES ANCESTRAIS E CUIDADO NO SUS: VIVÊNCIA DE RESIDENTES EM SAÚDE COLETIVA NA I FEIRA DE SAÚDE EM TERREIRO NO RECIFE

Mayara Figueira Souto[1]
Aline de Oliveira Cordeiro[1]
Maria Marcella Baltar dos Santos de Oliveira[2]
Keren-Hapuque Costa Xavier Lins[3]
Roberta Corrêa de Araujo de Amorim[3]

[1]Secretaria de Saúde do Recife, Recife, Pernambuco, Brasil
[2]Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira, Recife, Pernambuco, Brasil
[3]Secretaria de Saúde do Recife, Recife, Pernambuco, Brasil

DOI:10.37085/bookAS.14.chap36

RESUMO

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instituída em 2009, representa um marco no enfrentamento do racismo institucional ao reconhecer as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais da saúde. Este estudo apresenta um relato de experiência sobre a I Feira de Saúde: Saberes Ancestrais dos Terreiros e o Cuidado na Atenção Primária à Saúde, realizada em Recife/PE, evidenciando a integração entre o Sistema Único de Saúde e os territórios de matriz africana. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida a partir da atuação de residentes

em Saúde Coletiva na Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Pernambuco, inseridos no processo de articulação interfederativa, planejamento e organização do evento. A feira possibilitou a ampliação do acesso a ações assistenciais, preventivas e educativas, incluindo vacinação, testagens rápidas, atendimentos especializados e orientações em saúde, associadas à valorização de práticas integrativas e saberes tradicionais. Ademais, incorporou atividades culturais, rodas de diálogo e iniciativas de afroempreendedorismo, fortalecendo o vínculo entre cuidado, território e identidade cultural. Os resultados evidenciam maior adesão da população e redução de barreiras de acesso, especialmente aquelas relacionadas ao racismo institucional. Conclui-se que a articulação entre políticas públicas, saberes ancestrais e práticas culturais contribui para a promoção da equidade em saúde, embora persistam desafios quanto à sustentabilidade e institucionalização dessas ações na Atenção Primária à Saúde.

Palavras-chaves: Equidade, População negra; Saberes ancestrais

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) foi instituída em 2009[1], representando um marco fundamental no combate ao racismo institucional e no reconhecimento de que as desigualdades étnico-raciais são determinantes sociais que impactam diretamente a saúde. Este relato explora a promoção da equidade por meio do diálogo entre saber científico e práticas tradicionais, tendo como exemplo a I Feira de Saúde: Saberes Ancestrais dos Terreiros e o Cuidado na Atenção Primária à Saúde.

A iniciativa histórica do Ministério da Saúde, em articulação com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, sendo o Recife a primeira cidade do Brasil a receber o circuito nacional deste projeto e realizado no Terreiro Ilê Axé Obá Xangô, no bairro de Casa Amarela, no Distrito Sanitário III do Recife, em maio de 2026.

A feira constituiu um espaço de acolhimento voltado a mitigar barreiras históricas e culturais e ampliar o acesso aos serviços públi-

cos, mobilizando desde a oferta de atendimentos biomédicos e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS)[2] até a realização de rodas de diálogo voltadas à promoção da saúde, equidade racial, direitos dos povos tradicionais e saberes ancestrais, reafirmando o compromisso com um cuidado integral e humanizado[3].

Essa integração entre o SUS e os territórios de matriz africana e afro-indígena encontra amparo legal na Resolução nº 715/2023 do Conselho Nacional de Saúde[4], que reconhece os terreiros como equipamentos promotores de saúde e pontos de cuidado complementar. Ao validar tais saberes e práticas como política pública, o Estado brasileiro avança na garantia de direitos e na construção de um sistema de saúde que respeita a ancestralidade e a identidade do seu povo.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e descritiva, construído a partir da atuação de residentes em Saúde Coletiva alocados no Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa (SEINP/PE) da Superintendência do Ministério da Saúde em Pernambuco (SMSA/PE). A experiência desenvolveu-se por meio da inserção dos residentes nas reuniões de planejamento que antecederam o evento, com participação ativa no apoio à organização logística e institucional da feira, além do envolvimento nos processos relacionados à gestão interfederativa.

O percurso metodológico compreendeu três etapas: 1) Acompanhamento do processo de articulação promovido pelo SEINP/PE entre a Coordenação-Geral de Atenção à Saúde da População Negra (CGAPN) do Ministério da Saúde e as gestões estadual e municipal da Política de Saúde da População Negra; 2) Participação e observação das atividades desenvolvidas durante o evento, incluindo o fluxo de serviços ofertados e as mesas de diálogo; e 3) Sistematização de registros de campo acerca das dinâmicas de acolhimento, práticas de cuidado e expressões de resistência cultural vivenciadas no território, cujos dados ancoraram a análise crítica da experiência.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A I Feira de Saúde no Terreiro Ilê Axé Obá Xangô resultou na ampliação do acesso a ações assistenciais, preventivas, educativas e culturais voltadas à comunidade de terreiro e à população do entorno. Os serviços de cidadania, educação em saúde e valorização cultural permaneceram disponíveis de forma contínua ao longo de todo o evento, ocupando a rua onde o terreiro está localizado.

Na área assistencial, foram realizados 123 procedimentos de vacinação, 81 testes rápidos para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), 23 atendimentos dermatológicos de investigação de hanseníase e 80 exames de mamografia. Também foram desenvolvidas ações educativas de prevenção e controle de arboviroses e orientações em saúde bucal (Figura 1).

Figura 1. Educação em saúde bucal para crianças do terreiro.



Fonte: Acervo pessoal (2026).

As atividades culturais e de fomento ao afroempreendedorismo incluíram a comercialização de culinária afro-brasileira e de acessórios afro, associadas a um espaço infantil com oficinas gratuitas de confecção de bonecas abayomi e contação de histórias. Foram disponibilizadas orientações sobre o uso tradicional de plantas medicinais (Figura 2) para a preparação de banhos, sabonetes naturais e chás, além de exposições fotográficas sobre a história e tradições do Terreiro e a mostra "*Marmo: o ofá cuja voz ecoa*", que retrata a trajetória do Ogan Marmo na Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO)[5]. O evento contou ainda com apresentações de grupos locais, a exemplo do maracatu, articulando cuidado, ancestralidade, cultura e geração de renda.

Figura 2. Orientações sobre plantas medicinais.



Fonte: Acervo pessoal (2026).

A Feira também promoveu três mesas (Figura 3) que reuniram gestores federais, estaduais e municipais, representantes da socie-

dade civil, lideranças religiosas e instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[6], dialogando a saúde da população negra e de terreiro, os direitos e o enfrentamento ao racismo religioso, e os saberes e práticas tradicionais de cuidado. Esses espaços favorecem a construção coletiva de ações de combate ao racismo institucional e religioso, fortalecendo os direitos culturais e as políticas públicas de equidade, ampliando assim a visibilidade da PNSIPN[7].

Figura 3. Mesa de abertura.



Fonte: Acervo pessoal (2026).

Outro resultado relevante foi o fortalecimento da articulação interfederativa e intersetorial, coordenada pela SMSA/PE, que possibilitou integrar diferentes políticas e setores como: saúde, cultura e direitos humanos, em uma ação concreta no território, contribuindo para consolidar Recife como experiência pioneira na implementação de estratégias inovadoras voltadas à equidade racial em saúde[8].

DISCUSSÃO

Além dos dados quantitativos, destaca-se a expressiva adesão da população do território ao evento, sinalizando a redução de barreiras históricas de acesso aos serviços de saúde, especialmente aquelas relacionadas ao racismo institucional e à inadequação cultural das práticas de cuidado. Evidenciou-se que a promoção da equidade em saúde requer a incorporação de perspectivas culturais, territoriais e históricas no cuidado. A integração de saberes ancestrais ao SUS amplia a integralidade da assistência, ao ir além do modelo biomédico tradicional e incluir dimensões simbólicas, espirituais e comunitárias no processo saúde-doença.

Entretanto, o racismo religioso e institucional permanece como desafio estruturante, exigindo políticas públicas transversais e comprometidas com a equidade[9,10]. Reduzir as desigualdades de acesso requer proteger e valorizar as tradições de matriz africana, reconhecendo seu papel na constituição da identidade e do conhecimento, não apenas fortalecendo a promoção da saúde, mas também reafirmando o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, devendo ser garantida de forma inclusiva, equânime e culturalmente sensível.

Outro desafio refere-se à sustentabilidade e à continuidade dessas ações. Embora exitosas, iniciativas como a Feira correm o risco de permanecerem restritas a experiências pontuais caso não sejam incorporadas de maneira estruturante às políticas e às rotinas da Atenção Primária à Saúde. A institucionalização dessas práticas requer financiamento contínuo, planejamento estratégico, articulação intersetorial, fortalecimento do controle social e a participação ativa das comunidades de terreiro nos processos decisórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da Feira de Saúde em Recife-PE materializou a viabilidade de um SUS que dialoga com as comunidades tradicionais, transformando diretrizes de equidade em ações práticas

de descolonização do cuidado. Ao integrar os serviços à potência das práticas tradicionais, o evento reduziu barreiras históricas de acesso para a população negra e legitimou o terreiro como espaço promotor de acolhimento e saúde.

Para a formação dos residentes, a vivência proporcionou um aprendizado prático e contextualizado, transpondo a teoria das políticas públicas para a prática da gestão intersetorial. A experiência de articular diferentes níveis de governo, em torno de um objetivo comum no território, consolidou uma visão ampliada sobre a "gestão do cuidado". Essa experiência reafirma a necessidade de uma formação em saúde que seja territorializada, culturalmente referenciada e engajada na luta antirracista e na defesa de um SUS universal e plural.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (BR). Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Diário Oficial da União. 2009 maio 14; Seção 1.
2. Ministério da Saúde (BR). Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Ministério da Saúde; 2021.
3. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC). Brasília: Ministério da Saúde; 2015.
4. Conselho Nacional de Saúde (BR). Resolução nº 715, de 9 de novembro de 2023. Institui diretrizes para o reconhecimento dos terreiros de religiões de matriz africana como equipamentos promotores de saúde. Diário Oficial da União. 2023 nov 10; Seção 1.
5. Fundação Oswaldo Cruz. Fiocruz inaugura exposição Marmo: o ofá cuja voz ecoa [Internet]. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2024 [citado 2026 maio 28]. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-inaugura-exposicao-marmo-o-ofa-cuja-voz-ecoa.
6. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Iphan lança campanha pela proteção do patrimônio contra discriminação [Internet]. Brasília: Iphan; 2025 [citado 2026 maio 28]. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-lanca-campanha-pela-protecao-do-patrimonio-contra-discriminacao.

7. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 3a ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2017.

8. Secretaria Municipal de Saúde (Recife). Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da População Negra. Recife: Secretaria Municipal de Saúde; 2006.

9. Nascimento WF, Silva JM. A Saúde desde os Terreiros: desafios da política nacional de saúde integral da população negra na perspectiva das religiões de matrizes africanas. revistacalundu [Internet]. 2023 ;6(2):5-18. doi: 10.26512/revistacalundu.v6i2.46421.

10. Werneck J. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde Soc. 2016 set;25(3):535-549. doi:10.1590/S0104-129020162610.